REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

USO DE PSICOFÁRMACOS POR ESTUDANTES DE MEDICINA EM REGIÃO DE TRÍPLICE FRONTEIRA

USE OF PSYCHOTROPIC DRUGS BY MEDICAL STUDENTS IN THE TRIPLE BORDER REGION

USO DE PSICOFÁRMACOS POR ESTUDIANTES DE MEDICINA EN UNA REGIÓN DE LA TRÍPLICE FRONTERA

Nananina Núñez[1], Monica Augusta Mombelli[2]

e727232
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i2.7232

PUBLICADO: 02/2026

RESUMO

A saúde mental dos estudantes de Medicina tem se consolidado como um tema central na educação médica, diante das elevadas taxas de sofrimento psíquico e uso de psicofármacos observadas nesse grupo. Esse cenário pode ser agravado em contextos marcados por desigualdades sociais, vulnerabilidades institucionais e dinâmicas migratórias, como as regiões de tríplice fronteira. O presente estudo teve como objetivo analisar o uso de psicofármacos entre estudantes de Medicina de uma universidade situada em região de tríplice fronteira, descrevendo prevalências, padrões de consumo, fatores associados, percepções subjetivas de saúde mental e especificidades socioculturais do território. Trata-se de um estudo transversal, de abordagem quantitativa, realizado com 113 estudantes regularmente matriculados do primeiro ao sexto ano do curso de Medicina. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário autoaplicável *online*, contemplando informações sociodemográficas, uso de psicotrópicos, diagnósticos psiquiátricos, percepção da saúde mental, experiências de discriminação e acesso a serviços de saúde mental. Foram realizadas análises descritivas e testes de associação pelo qui-quadrado de Pearson ($p<0,05$). Observou-se que 48,7% dos estudantes relataram uso de psicofármacos ao longo da vida, com predomínio de ansiolíticos e antidepressivos, e 19,5% referiram polifarmácia. Diagnóstico psiquiátrico formal foi reportado por 31% da amostra, principalmente ansiedade, depressão e TDAH, havendo associação estatisticamente significativa entre diagnóstico e uso de psicotrópicos. Conclui-se que o uso de psicofármacos entre estudantes de Medicina na tríplice fronteira configura um fenômeno complexo e multifatorial, reforçando a importância do planejamento de ações institucionais e políticas voltadas à promoção da saúde mental no ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental. Estudantes de Medicina. Psicofármacos. Tríplice fronteira. Educação médica.

ABSTRACT

The mental health of medical students has become a central theme in medical education, given the high rates of psychological distress and use of psychotropic drugs observed in this group. This scenario can be exacerbated in contexts marked by social inequalities, institutional vulnerabilities, and migratory dynamics, such as the triple border regions. The present study aimed to analyze the use of psychotropic drugs among medical students at a university located in a triple border region, describing prevalence, consumption patterns, associated factors, subjective perceptions of mental health, and sociocultural specificities of the territory. This is a cross-sectional study with a

[1] Discente do Curso de Medicina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza (ILACVN), Foz do Iguaçu-PR, Brasil.
[2] Docente do Curso de Medicina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza (ILACVN), Foz do Iguaçu-PR, Brasil.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

quantitative approach, conducted with 113 students regularly enrolled in the first to sixth years of the medical course. Data collection was performed using a self-administered online questionnaire covering sociodemographic information, use of psychotropic drugs, psychiatric diagnoses, perception of mental health, experiences of discrimination, and access to mental health services. Descriptive analyses and Pearson's chi-square association tests ($p<0.05$) were performed. It was observed that 48.7% of students reported lifetime use of psychotropic drugs, predominantly anxiolytics and antidepressants, and 19.5% reported polypharmacy. A formal psychiatric diagnosis was reported by 31% of the sample, mainly anxiety, depression, and ADHD, with a statistically significant association between diagnosis and psychotropic drug use. It can be concluded that the use of psychotropic drugs among medical students in the triple border region is a complex and multifactorial phenomenon, reinforcing the importance of planning institutional and political actions aimed at promoting mental health in higher education.

KEYWORDS: *Mental health. Medical students. Psychotropic drugs. Triple border region. Medical education.*

RESUMEN
La salud mental de los estudiantes de medicina se ha consolidado como un tema central en la educación médica, ante las elevadas tasas de sufrimiento psíquico y consumo de psicofármacos observadas en este grupo. Esta situación puede agravarse en contextos marcados por las desigualdades sociales, las vulnerabilidades institucionales y las dinámicas migratorias, como las regiones de triple frontera. El presente estudio tuvo como objetivo analizar el uso de psicofármacos entre los estudiantes de medicina de una universidad situada en una región de triple frontera, describiendo las prevalencias, los patrones de consumo, los factores asociados, las percepciones subjetivas de salud mental y las especificidades socioculturales del territorio. Se trata de un estudio transversal, de enfoque cuantitativo, realizado con 113 estudiantes matriculados regularmente desde el primer hasta el sexto año de la carrera de Medicina. La recopilación de datos se realizó mediante un cuestionario autoaplicable en línea, que incluía información sociodemográfica, uso de psicotrópicos, diagnósticos psiquiátricos, percepción de la salud mental, experiencias de discriminación y acceso a servicios de salud mental. Se realizaron análisis descriptivos y pruebas de asociación mediante la prueba de chi cuadrado de Pearson ($p<0,05$). Se observó que el 48,7 % de los estudiantes informaron haber consumido psicofármacos a lo largo de su vida, con predominio de ansiolíticos y antidepresivos, y el 19,5 % refirió polifarmacia. El 31 % de la muestra informó haber recibido un diagnóstico psiquiátrico formal, principalmente ansiedad, depresión y TDAH, y se observó una asociación estadísticamente significativa entre el diagnóstico y el uso de psicotrópicos. Se concluye que el uso de psicofármacos entre los estudiantes de medicina en la triple frontera constituye un fenómeno complejo y multifactorial, lo que refuerza la importancia de planificar acciones institucionales y políticas orientadas a la promoción de la salud mental en la educación superior.

PALABRAS CLAVE: *Salud mental. Estudiantes de medicina. Psicofármacos. Triple frontera. Educación médica.*

1. INTRODUÇÃO

A saúde mental dos estudantes de Medicina consolidou-se, nas últimas décadas, como um campo prioritário de investigação na educação médica e na saúde coletiva, diante das elevadas taxas de sofrimento psicológico, adoecimento psíquico e uso de psicofármacos observadas nesse grupo. Evidências indicam que estudantes de Medicina apresentam prevalências significativamente superiores de ansiedade, depressão, transtornos do sono, ideação

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

suicida e esgotamento emocional quando comparados à população geral e a estudantes de outros cursos universitários (Rotenstein *et al.,* 2016; Tomaschewski-Barlem *et al.,* 2021). Metanálises apontam que sintomas depressivos acometem entre 27% e 33% desses estudantes, enquanto os índices de ansiedade podem ultrapassar 40% (Quek *et al.,* 2019).

Estudos realizados em diferentes instituições corroboram esse cenário, evidenciando altas prevalências de ansiedade, depressão, insônia, Burnout e ideação suicida entre estudantes de Medicina (Pacheco; Silva; Lima, 2017; Campos *et al.,* 2020). Esse quadro tem sido associado a múltiplos fatores, entre os quais se destacam a carga horária extensa, a pressão por desempenho acadêmico, a competitividade, o contato precoce com o sofrimento, a dor e a morte, além da internalização de padrões elevados de autocobrança e perfeccionismo. Soma-se a isso uma cultura institucional que tende a naturalizar a exaustão e o desgaste emocional como elementos inerentes à formação médica, bem como a insuficiência de políticas estruturadas de apoio à saúde mental (Barbosa; Martins, 2020; Brandão *et al.,* 2021).

Nesse contexto, observa-se crescimento expressivo no uso de psicofármacos entre estudantes universitários, especialmente nos cursos da área da saúde. Pesquisas apontam aumento no consumo de antidepressivos, ansiolíticos, benzodiazepínicos e psicoestimulantes, tanto por prescrição médica quanto por automedicação, frequentemente associados à sobrecarga acadêmica, à busca por melhor desempenho e ao manejo de sintomas como ansiedade, insônia e dificuldades de concentração (Gallego *et al.,* 2015; Moura *et al.,* 2022). A automedicação, em particular, configura-se como uma prática preocupante, pois reflete dificuldades de acesso a serviços especializados, o estigma relacionado ao adoecimento psíquico e a normalização do sofrimento no ambiente universitário (Pacheco *et al.,* 2017).

Os transtornos mentais mais frequentemente descritos entre estudantes de Medicina incluem transtornos de ansiedade, depressão, transtornos relacionados ao estresse, insônia, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e transtornos por uso de substâncias (Santos; Leão; Barros, 2018; Moura *et al.,* 2022). A ansiedade, que pode acometer quase metade dos estudantes em determinados contextos, associa-se à insegurança quanto ao futuro profissional, dificuldades financeiras e experiências de discriminação. A depressão, por sua vez, relaciona-se à exaustão emocional, ao isolamento social e à percepção de insuficiente suporte institucional. O reconhecimento crescente do TDAH em adultos também tem impulsionado o uso de psicoestimulantes, suscitando debates sobre medicalização, diagnóstico tardio e os efeitos do ambiente altamente competitivo da formação médica.

O Burnout, embora não classificado como transtorno psiquiátrico, tem sido amplamente investigado no contexto acadêmico-médico. Caracteriza-se por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal, apresentando prevalências que variam entre 30% e 60% em estudos brasileiros, além de constituir importante fator de risco para depressão,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

abuso de substâncias e evasão acadêmica (Souza; Almeida, 2019).

Psicofármacos atuam no sistema nervoso central modulando funções cognitivas, emocionais e comportamentais, abrangendo classes como antidepressivos, ansiolíticos, antipsicóticos, estabilizadores de humor, hipnóticos e estimulantes (Almeida; Souza, 2020). Embora desempenhem papel relevante no tratamento de transtornos mentais, seu uso demanda acompanhamento profissional rigoroso, considerando os potenciais efeitos adversos, riscos de dependência e impactos a longo prazo, especialmente em populações jovens. O uso não supervisionado de benzodiazepínicos e psicoestimulantes entre estudantes de Medicina tem sido associado a riscos cardiológicos, psiquiátricos e ao desenvolvimento de dependência (Baldwin *et al.,* 2017; Wilkes *et al.,* 2019).

Apesar da elevada prevalência de sofrimento psíquico, muitos estudantes não buscam atendimento especializado. Barreiras como estigma, medo de julgamento, receio de impactos na carreira, falta de tempo, custos financeiros e ausência de serviços institucionais estruturados são frequentemente relatadas (Pacheco; Silva; Lima, 2017). Paradoxalmente, estudantes da área da saúde tendem a reconhecer a importância do cuidado em saúde mental, mas subestimam seus próprios sintomas, adiando a busca por ajuda profissional (Borenstein *et al.,* 2016).

Nos últimos anos, a saúde mental e o bem-estar de estudantes universitários têm recebido atenção crescente, diante das demandas acadêmicas e sociais associadas à transição para a vida universitária. O suporte social destaca-se como fator protetivo relevante, embora ainda existam poucos estudos focados especificamente nessa relação. Esta revisão sistemática analisou 51 estudos empíricos publicados entre 2010 e 2024, identificados em seis bases de dados, e evidenciou que o suporte social exerce efeitos diretos, como melhora do bem-estar psicológico, redução do estresse e adoção de comportamentos saudáveis, e efeitos indiretos, atuando como mediador no fortalecimento da resiliência, da autoestima e da satisfação com a vida. Esses achados ressaltam a importância das relações de apoio para a promoção do bem-estar de estudantes universitários (Ruihua *et al.,* 2025).

No contexto da presente investigação, destaca-se a Universidade situada em região de tríplice fronteira, caracterizada por intenso fluxo migratório, diversidade cultural e desigualdades sociais. Esse território apresenta especificidades relevantes, incluindo expressiva presença de estudantes migrantes, os quais vivenciam desafios adicionais, como afastamento de redes de apoio, barreiras linguísticas, dificuldades socioeconômicas, insegurança habitacional e experiências de discriminação, fatores que ampliam a vulnerabilidade emocional e podem influenciar os padrões de uso de psicotrópicos (Souza *et al.,* 2019; Maldonado *et al.,* 2020).

Diante desse cenário, analisar o uso de psicofármacos entre estudantes de Medicina em uma universidade localizada na tríplice fronteira torna-se fundamental para caracterizar prevalências, identificar fatores associados, analisar percepções subjetivas de sofrimento psíquico

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

e compreender como aspectos acadêmicos, sociais e territoriais se articulam na experiência formativa. A presente pesquisa reveste-se de relevância científica e social ao abordar um contexto ainda incipiente na literatura nacional, contribuindo de forma inédita para o debate sobre saúde mental na educação médica em cenários multiculturais. Seus achados oferecem subsídios empíricos para o planejamento de ações institucionais e estratégias de promoção da saúde mental no ensino superior, ampliando a compreensão das interfaces entre formação médica, território e cuidado.

2. MÉTODOS

Desenho do estudo

Trata-se de um estudo transversal, de abordagem quantitativa, cujo objetivo foi estimar a prevalência, descrever os padrões de uso e analisar fatores sociodemográficos e acadêmicos associados ao consumo de psicofármacos entre estudantes de Medicina. O delineamento transversal possibilitou a coleta de dados em um único ponto no tempo, permitindo a descrição das características da amostra e a análise de associações entre as variáveis investigadas.

Contexto, população e amostra

O estudo foi realizado em uma universidade localizada em região de tríplice fronteira. No ano de realização da pesquisa, o curso de Medicina contava com 377 estudantes regularmente matriculados. A amostra foi constituída por 113 discentes, selecionados por conveniência, entre estudantes do primeiro ao sexto ano do curso. Foram elegíveis todos os estudantes regularmente matriculados que aceitaram participar da pesquisa e responderam integralmente ao instrumento. Foram excluídos questionários incompletos ou enviados em duplicidade.

Instrumento e procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário autoaplicável, elaborado pelos autores e disponibilizado em formato eletrônico na plataforma Google Forms. O instrumento continha questões fechadas e abertas, organizadas em quatro seções: (1) características sociodemográficas (idade, gênero, nacionalidade, etnia, condição socioeconômica e situação migratória, quando aplicável); (2) uso de psicofármacos (frequência, classe medicamentosa, prescrição médica e momento de início do uso); (3) saúde mental e contexto acadêmico (diagnósticos formais, percepção subjetiva de saúde mental, vivências de discriminação, privações e apoio social); e (4) acesso a serviços de saúde mental (busca por atendimento psicológico ou psiquiátrico, tempo de espera, gravidade percebida da demanda e acompanhamento especializado). O questionário foi disponibilizado de forma *online*, garantindo anonimato, confidencialidade das informações e participação voluntária mediante aceite do Termo

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Análise dos dados

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e inferencial. Inicialmente, procedeu-se à análise de frequências absolutas e relativas das variáveis. Em seguida, foram realizadas comparações entre estudantes brasileiros e não brasileiros, bem como análises de associação entre a presença de transtornos mentais autorreferidos e o uso de psicofármacos. Considerando a distribuição predominantemente não paramétrica das variáveis, utilizou-se o teste do Qui-quadrado de Pearson. Adotou-se nível de significância de 5% ($p < 0,05$), com testes bicaudais. As análises estatísticas foram conduzidas no *software* Stata, versão 17.

Aspectos éticos

A pesquisa foi conduzida em conformidade com a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição, sob Parecer nº 7.654.874. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos e procedimentos do estudo e formalizaram sua participação por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O anonimato foi assegurado, e os dados foram utilizados exclusivamente para fins acadêmicos. A pesquisa não implicou riscos significativos aos participantes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 113 estudantes de Medicina, o que possibilitou a caracterização detalhada do perfil sociodemográfico da amostra. Os participantes eram predominantemente adultos jovens, com expressiva predominância do sexo feminino, totalizando 81 estudantes (71,7%). No que se refere à autodeclaração étnico-racial, a maioria dos respondentes identificou-se como branca (56,6%). Quanto à condição socioeconômica autorreferida, observou-se o predomínio de estudantes pertencentes à classe média (69,0%).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Tabela 1. Dados sociodemográficos

Variáveis	Frequência (%)
Sexo	
Masculino	32 (28,3%)
Feminino	81 (71,7%)
Faixa etária (anos)	
18-20	9 (8,0%)
21-23	35 (31,0%)
24-26	33 (29,2%)
27-30	15 (13,3%)
≥31	16 (14,2%)
Condição socioeconômica	
Classe média	78 (69,0%)
Classe baixa	32 (28,3%)
Classe alta	1 (0,9%)
Raça/etnia	
Branca	64 (56,6%)
Parda	33 (29,2%)
Preta	10 (8,8%)
Não especificado	3 (2,7%)
Indígena	3 (2,7%)
Nacionalidade	
Brasileiro	87 (77,0%)
Não brasileiro	26 (23,0%)

Fonte: Elaborado pela autora.

Do total de participantes, 26 estudantes (23,0%) eram migrantes, provenientes de 11 países, com maior representação do Paraguai (n=5), Peru (n=4), Equador (n=3), Venezuela (n=3), Argentina (n=3) e Chile (n=2), além de Haiti (n=2), Bolívia (n=1), Cuba (n=1, naturalizada), Honduras (n=1) e Colômbia (n=1). As razões para a migração foram predominantemente de natureza acadêmica, sem agravante socioeconômico (n=16) ou com agravante socioeconômico (n=6), seguidas por reunião familiar (n=3) e por motivos políticos e de segurança (n=1).

Em relação à etapa de formação, observou-se ampla distribuição dos participantes ao longo do curso. Para fins analíticos, os períodos foram agrupados em anos, conforme a estrutura curricular do curso de Medicina. Houve maior concentração de estudantes nos anos iniciais, com aproximadamente 42,5% matriculados no primeiro e segundo anos, correspondentes aos ingressos entre 2024 e 2025, seguida de redução progressiva da frequência nos anos mais

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

avançados. Esse achado evidencia a composição de uma amostra heterogênea, contemplando diferentes etapas da formação médica.

O perfil sociodemográfico identificado apresenta consonância parcial com achados de estudos realizados em outras universidades públicas brasileiras, que igualmente apontam a progressiva feminização do curso de Medicina e a predominância de estudantes oriundos das classes médias (Brandão *et al.,* 2021). Contudo, a proporção de mulheres observada nesta pesquisa (71,7%) supera estimativas nacionais recentes, que variam entre 55% e 62%. Esse resultado é relevante, considerando que a literatura indica maior prevalência de sintomas de ansiedade e depressão entre mulheres, bem como maior utilização de serviços de saúde mental e de psicofármacos (Pacheco; Silva; Lima, 2017). Nesse sentido, a sobrerrepresentação feminina pode ter influenciado as prevalências de sofrimento psíquico observadas na amostra.

Outro aspecto distintivo deste estudo refere-se à elevada proporção de estudantes migrantes (23,0%), percentual substancialmente superior ao descrito em outras instituições federais brasileiras, nas quais esse grupo historicamente representa menos de 2% do corpo discente (Moehlecke, 2021). Esse achado reforça a singularidade do contexto institucional analisado e a relevância de considerar fatores territoriais e socioculturais na análise da saúde mental estudantil.

Por fim, foram realizados testes do qui-quadrado de Pearson para avaliar possíveis associações entre o uso de psicofármacos ao longo da vida e as variáveis sexo, nacionalidade, raça/etnia agrupada e classe socioeconômica agrupada. Não foram identificadas associações estatisticamente significativas entre o uso de psicofármacos e sexo ($\chi^2(1)=0,00$; $p=1,000$), nacionalidade ($\chi^2(1)=0,00$; $p=1,000$), raça/etnia agrupada ($\chi^2(2)=0,61$; $p=0,737$) ou classe socioeconômica agrupada ($\chi^2(3)=0,07$; $p=0,996$). (Tabela 2).

Tabela 2. Prevalência entre uso de psicofármacos e variáveis sociodemográficas (Qui-quadrado)

Variável	Teste	Valor	P-valor	Interpretação
Sexo x uso de psicotrópicos	$\chi^2(1)$	0,00	1,000	Não significativo
Nacionalidade × uso	$\chi^2(1)$	0,00	1,000	Não significativo
Raça × uso	$\chi^2(2)$	0,61	0,737	Não significativo
Classe socioeconômica × uso	$\chi^2(3)$	0,07	0,996	Não significativo

Fonte: Elaborado pela autora.

Esses resultados indicam que, na amostra analisada, o uso de psicotrópicos não apresentou diferenças estatisticamente significativas segundo sexo, nacionalidade, raça/etnia agrupada ou classe socioeconômica. Tal achado sugere que, no contexto investigado, o consumo de psicofármacos atravessa distintos grupos sociais, configurando-se como um fenômeno de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

caráter transversal entre os estudantes de Medicina.

Uso de psicotrópicos e padrões de tratamento

A seguir, apresentam-se os resultados referentes ao uso de psicofármacos entre os estudantes de Medicina participantes do estudo. A Tabela 3 reúne informações sobre a prevalência do consumo, o momento de início do uso, as classes de medicamentos utilizadas, bem como os padrões de prescrição e de acompanhamento clínico. Esses achados permitem caracterizar a magnitude do uso de psicotrópicos e os contornos do tratamento medicamentoso entre os discentes, oferecendo subsídios para a interpretação das análises subsequentes e para o diálogo com a literatura sobre saúde mental na formação médica.

Tabela 3. Uso de psicotrópicos ao longo da vida

Variável	Frequência (%)
Uso ao longo da vida	
Sim	55 (48,7%)
Não	58 (51,3%)
Momento de Início (entre usuários, n=55)	
Antes do curso	29 (52,7%)
Após o ingresso	21 (38,2%)
Não informado	5 (9,1%)
Polifarmácia	
Sim	22 (19,5%)
Não	91 (80,5%)
Classe de psicofármacos utilizados	
Antidepressivos	28 (24,8%)
Ansiolíticos	31 (27,4%)
Psicoestimulantes	15 (13,3%)
Estabilizadores de humor	8 (7,1%)
Sedativos hipnóticos	5 (4,4%)
Antipsicóticos	4 (3,5%)

Fonte: Elaborado pela autora.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Os resultados evidenciam que 48,7% dos estudantes de Medicina relataram uso de psicofármacos ao longo da vida (Tabela 3), percentual superior ao descrito em estudos nacionais com universitários e estudantes de Medicina, nos quais as prevalências variam entre 20% e 35% (Almeida Araújo *et al.,* 2022; Gotardo *et al.,* 2022; Souza *et al.,* 2022). Esse achado indica elevada magnitude do consumo na amostra investigada e reforça a relevância do tema no contexto da formação médica.

A análise do momento de início do uso de psicofármacos revela que, entre os estudantes usuários (n = 55), 52,7% iniciaram o tratamento antes do ingresso na graduação, enquanto 38,2% relataram início após o começo do curso. Esses dados sugerem a coexistência de dois perfis distintos: estudantes que ingressam na universidade já com histórico de adoecimento mental e aqueles que desenvolveram ou agravaram sintomas ao longo da formação. Tal padrão dialoga com revisões sistemáticas que apontam deterioração progressiva da saúde mental durante o curso de Medicina (Rotenstein *et al.,* 2016; Pacheco *et al.,* 2017).

No conjunto de medicamentos utilizados, destacaram-se os ansiolíticos (27,4%), os antidepressivos (24,8%), os psicoestimulantes (13,3%) e os estabilizadores de humor (7,1%). Esse perfil é convergente com achados nacionais que descrevem maior consumo de benzodiazepínicos e inibidores seletivos da recaptação de serotonina (ISRS) entre universitários (Souza *et al.,* 2022; Torves *et al.,* 2022). Entre os fármacos mais citados figuraram sertralina, escitalopram, fluoxetina e clonazepam. Ressalta-se que o uso prolongado de benzodiazepínicos demanda acompanhamento clínico rigoroso, uma vez que se associa a riscos de dependência, prejuízo cognitivo e síndrome de abstinência (Normando *et al.,* 2024).

A presença de psicoestimulantes, como o metilfenidato, sugere tanto o tratamento de transtornos como o TDAH quanto possíveis usos voltados à otimização do desempenho acadêmico, fenômeno amplamente descrito entre estudantes da área da saúde (Barbosa; Martins, 2020; Silva *et al.,* 2023). O uso não terapêutico dessas substâncias, embora por vezes naturalizado em contextos acadêmicos competitivos, envolve riscos cardiovasculares, psiquiátricos e de dependência, além de suscitar debates éticos relacionados à performance e à medicalização do desempenho (Wilkes *et al.,* 2019).

Outro acho relevante refere-se ao uso de psicofármacos sem prescrição médica, relatado por 10,9% dos estudantes, bem como à ausência de acompanhando psiquiátrico regular entre 52,7% dos usuários. Ademais, 91% dos participantes encontravam-se simultaneamente sem prescrição e sem acompanhamento, configurando um padrão consistente de automedicação. Estudos apontam que estudantes de Medicina apresentam maior propensão a esse comportamento em razão do acesso facilitado aos medicamentos, do conhecimento parcial sobre farmacologia e da circulação informal de fármacos entre pares (Almeida Araújo *et al.,* 2022).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Esse cenário reforça a necessidade de vigilância clínica, considerando que a ausência de acompanhamento aumenta o risco de uso inadequado e de eventos adversos.

Por fim, a ocorrência de polifarmácia, observada em 19,5% da amostra total e em 58,3% entre os estudantes que detalharam seus esquemas terapêuticos, sugere maior complexidade clínica em parcela dos participantes. De acordo com a literatura, combinações medicamentosas são frequentemente empregadas em quadros moderados a graves ou resistentes ao tratamento, como depressão resistente, transtornos ansiosos refratários e transtornos afetivos (Paulino *et al*., 2025; Melgaço *et al.,* 2011). No entanto, tais esquemas ampliam o risco de interações medicamentosas, eventos adversos, iatrogenia e dificuldades de adesão ao tratamento, exigindo monitoramento especializado contínuo (Brandão; Teixeira, 2020; Normando *et al.,* 2024).

Diagnósticos psiquiátricos, lacunas de cuidado e automedicação

A Tabela 4 apresenta os dados referentes aos diagnósticos psiquiátricos autorreferidos pelos estudantes de Medicina participantes do estudo. Esses resultados permitem caracterizar a prevalência dos diferentes transtornos mentais na amostra, bem como o momento do diagnóstico, o acesso a acompanhamento especializado e a associação entre diagnóstico formal e uso de psicofármacos.

Tabela 4. Diagnósticos psiquiátricos e acompanhamento em saúde mental

Variável	Frequência (%)
Diagnóstico formal	
Não	78 (69,0%)
Sim	35 (31,0%)
Momento do diagnóstico	
Pré-curso	23 (65,7%)
Pós-ingresso	12 (34,3%)
Diagnósticos citados	
Ansiedade	15 (48,4%)
Depressão	7 (19,4%)
TDAH	8 (16,1%)
Transtorno de Ansiedade Social	2 (6,5%)
Transtorno de Personalidade	1 (3,2%)
Transtorno Obsessivo-compulsivo	1 (3,2%)
Transtorno de Escoriação	1 (3,2%)
Transtorno Alimentar	1 (3,2%)
Transtorno do Espectro Autista	1 (3,2%)
Transtorno de Pânico	1 (3,2%)

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Transtorno Bipolar	4 (12,9%)
Acompanhamento psiquiátrico atual	
Não	59 (52,2%)
Não informado	30 (26,5%)
Sim	24 (21,2%)
Percepção de necessidade sem acompanhamento	
Não	80 (70,8%)
Sim	33 (29,2%)
Estudantes diagnosticados em acompanhamento	
Sim	20 (57,1%)
Não	15 (42,9%)

Fonte: Elaborado pela autora.

Os resultados indicam que 31% dos estudantes relataram diagnóstico psiquiátrico formal (Tabela 4), percentual compatível com estimativas descritas na literatura nacional e internacional, que apontam prevalências entre 25% e 30% entre estudantes de Medicina (Rotenstein *et al.,* 2016; Pacheco; Silva; Lima, 2017; Santos; Leão; Barros, 2018).

Entre os estudantes com diagnóstico psiquiátrico, a ansiedade foi o transtorno mais frequentemente referido (48,4%). Estudos internacionais estimam prevalência de ansiedade em aproximadamente 33,8% dos estudantes de Medicina (Quek *et al.,* 2019), enquanto revisões sistemáticas brasileiras apontam valores ainda mais elevados, variando entre 41% e 55% (Tomaschewski-Barlem *et al.,* 2021; Pacheco; Silva; Lima, 2017). Assim, a proporção observada neste estudo situa-se dentro do intervalo descrito na literatura, sugerindo convergência com o cenário nacional.

A prevalência de depressão observada (19,4%) também se encontra dentro da média reportada em estudos nacionais, que varia entre 18% e 27% (Rotenstein *et al.,* 2016). Em contraste, a proporção de estudantes com diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) (16,1%) corresponde a quase o dobro do percentual geralmente descrito entre estudantes de Medicina no Brasil, estimado entre 7% e 10% (Wilkes *et al.,* 2019). Esse achado pode refletir tanto maior reconhecimento diagnóstico em adultos quanto demandas específicas associadas ao ambiente acadêmico altamente competitivo.

Quanto ao momento do diagnóstico, observou-se que 65,7% dos estudantes receberam o diagnóstico antes do ingresso no curso de Medicina, enquanto 34,3% foram diagnosticados após o início da graduação. Esse resultado indica que parcela expressiva dos discentes já ingressa na universidade com histórico prévio de sofrimento psíquico e, possivelmente, em tratamento. Tal cenário reforça a importância de estratégias institucionais de acolhimento desde o ingresso, com atenção especial aos estudantes com condições psiquiátricas pré-existentes. Por outro lado, a ocorrência de diagnósticos após o início da graduação sugere que aspectos do contexto

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

formativo, como perfeccionismo e cultura de alta performance, podem contribuir para o desenvolvimento de quadros de esgotamento e adoecimento mental, conforme descrito em revisões recentes (Kim *et al.,* 2021; Rotenstein *et al.,* 2016).

Apesar da elevada proporção de diagnósticos formais, apenas 21,2% dos estudantes relataram realizar acompanhamento psiquiátrico regular. Entre os estudantes diagnosticados, 42,9% não estavam em acompanhamento especializado no momento da coleta de dados. Ademais, 29,2% dos participantes afirmaram apresentar sintomas ou condições de saúde mental que justificariam acompanhamento especializado, mas não o realizavam. Essa discrepância entre a necessidade percebida e o cuidado efetivamente recebido — frequentemente descrita na literatura como gap de cuidado — está associada a piores desfechos em saúde mental, incluindo agravamento dos sintomas, maior risco de automedicação, atraso na busca por tratamento e prejuízos acadêmicos (Santos; Leão; Barros, 2018).

A análise conjunta entre diagnóstico psiquiátrico, uso de psicofármacos e acompanhamento especializado revela um cenário de maior complexidade clínica. Entre os estudantes que utilizavam psicotrópicos, 10,9% relataram uso sem prescrição médica e 52,7% afirmaram não realizar acompanhamento psiquiátrico regular. Além disso, 9,1% utilizavam psicofármacos simultaneamente sem prescrição e sem acompanhamento, configurando situação de risco elevado para uso inadequado e eventos adversos.

As especificidades do contexto da tríplice fronteira — incluindo desigualdade no acesso a especialistas, barreiras linguísticas e culturais, mobilidade territorial frequente e fragilidades na rede de atenção psicossocial — podem aprofundar essas dificuldades, ampliando o risco de descontinuidade terapêutica e reduzindo as oportunidades de acompanhamento longitudinal.

Por fim, observou-se associação estatisticamente significativa entre diagnóstico psiquiátrico formal e uso de psicofármacos. Entre os estudantes sem diagnóstico formal, 28,2% relataram uso de psicotrópicos, enquanto entre aqueles com diagnóstico psiquiátrico formal esse percentual alcançou 94,3%. O teste do qui-quadrado confirmou associação robusta entre as variáveis ($\chi^2(1)=39,62$; $p<0,001$), evidenciando a centralidade do diagnóstico formal como marcador do uso de psicofármacos na amostra analisada.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Tabela 5. Associação entre diagnóstico psiquiátrico formal e uso de psicofármacos

Grupo	Uso de psicofármacos (%)
Sem diagnóstico	28,2%
Com diagnóstico	94,3%
Resultados	
Qui-quadrado:	$\chi^2(1)=39,62$
p < 0,001 (significativo)	

Fonte: Elaborado pela autora.

Saúde mental autorreferida

A Tabela 6 apresenta os dados referentes à percepção dos estudantes acerca de mudanças em sua saúde mental após o ingresso no curso de Medicina. Esses resultados possibilitam apreender o sofrimento psíquico percebido ao longo da formação médica e situá-lo em diálogo com as evidências já descritas na literatura nacional e internacional.

Tabela 6. Saúde mental autorreferida

Variável	Frequência (%)
Piora da saúde mental pós ingresso	
Sim	73 (64,6%)
Não	40 (35,4%)
Maior impacto na saúde mental	
Primeiro ano	26 (23,0%)
Segundo ano	20 (17,7%)
Terceiro ano	14 (12,4%)
Quarto ano	10 (8,8%)
Internato/estágios avançados	11 (9,7%)
Finais de semestre/período	12 (10,6%)

Fonte: Elaborado pela autora.

A percepção de deterioração da saúde mental após o ingresso no curso de Medicina foi relatada por 64,6% dos estudantes, diferente do observado em estudos nacionais com discentes de instituições brasileiras, que apontam prevalências de 52% (Campos et al., 2020) e 56% (Pacheco et al., 2017). Esse resultado é compatível com a hipótese de que o desgaste emocional associado à formação médica possa assumir maior intensidade no contexto específico da tríplice fronteira.

A literatura indica que o primeiro ano do curso constitui um período particularmente crítico,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

marcado pela ruptura de redes de apoio, pela adaptação a uma rotina acadêmica mais exigente e pelo contato inicial com um volume de conteúdos frequentemente descrito como excessivo (Pacheco *et al.,* 2017). No presente estudo, os momentos mais frequentemente referidos como de maior impacto emocional foram o primeiro e o segundo anos, seguidos pelos finais de semestre e pelo internato. Tais períodos coincidem com fases de intensificação das demandas cognitivas e emocionais, aumento da pressão por desempenho e, no caso do internato, maior responsabilidade assistencial, etapa na qual a literatura descreve picos de sofrimento psicológico (Rotenstein *et al.,* 2016). Esses achados indicam a recorrência de vulnerabilidades a longo da formação médica.

O percentual observado neste estudo (64,6%) excede em aproximadamente 10 a 12 pontos percentuais as médias nacionais descritas na literatura, sugerindo impacto emocional mais acentuado no contexto investigado. A percepção de deterioração da saúde mental parece, portanto, resultar da combinação de fatores amplamente reconhecidos — como carga horária intensa, elevada competitividade, excesso de avaliações, contato precoce com sofrimento e morte e internalização de uma cultura de produtividade extrema — com fatores regionais e sociais característicos do território estudado. A adoção de um modelo de resistência e dedicação integral ao curso, associada ao perfeccionismo e ao medo do fracasso, contribui para sentimentos de inadequação e exaustão, aspectos frequentemente relacionados ao desenvolvimento de burnout entre estudantes de Medicina (Pacheco; Silva; Lima, 2017; Tomaschewski-Barlem *et al.,* 2021).

Investigou-se, ainda, a associação entre a percepção de deterioração da saúde mental e o uso de psicofármacos. Embora 64,6% da amostra tenha relatado piora, o teste do qui-quadrado não indicou associação estatisticamente significativa entre essas variáveis ($\chi^2 = 0,60$; $p = 0,438$). Esse achado sugere que a percepção de sofrimento psíquico se encontra amplamente distribuída entre estudantes que utilizam e que não utilizam psicotrópicos, reforçando a compreensão de que nem todo sofrimento é necessariamente medicalizado. Parte relevante dos discentes parece lidar com o sofrimento por meio de outras estratégias, como mecanismos individuais de enfrentamento e redes de apoio informal.

Discriminação e vulnerabilidade socioeconômica

A Tabela 7 apresenta indicadores referentes às experiências de discriminação e às condições socioeconômicas dos estudantes participantes do estudo. Esses elementos são centrais para a compreensão de como fatores estruturais, desigualdades sociais e dinâmicas de poder incidem sobre o bem-estar psicológico e a permanência acadêmica no contexto da formação médica.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Tabela 7 - Discriminação e vulnerabilidade socioeconômica

Variável	Frequência (%)
Frequência de discriminação	
Não vivenciou	71 (68,8%)
Ocasionalmente	24 (21,2%)
Raramente	15 (13,7%)
Frequentemente	3 (2,7%)
Vulnerabilidade socioeconômica	
Não	93 (82,3%)
Sim	20 (17,7%)

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre os participantes (37,6%), relatou em algum momento ter vivenciado experiências de discriminação associadas à classe social, gênero, etnia, orientação sexual ou origem. Esse percentual é superior ao descrito na literatura nacional, na qual as prevalências entre estudantes de Medicina variam entre 15% e 20% (Maldonado *et al.,* 2020; Souza; Almeida, 2019). Tal achado indica que a experiência universitária de parcela significativa dos discentes é permeada por desigualdades sociais e por dinâmicas de poder que repercutem negativamente sobre o bem-estar psicológico e a permanência acadêmica, conforme discutido por Moehlecke (2021).

De forma concomitante, observou-se que 17,7% dos estudantes relataram dificuldades no acesso a necessidades básicas, incluindo moradia estável, alimentação adequada e recursos financeiros mínimos para a permanência no curso. Esse percentual excede a média reportada em outras universidades federais brasileiras, que oscila entre 8% e 12% (Souza; Almeida, 2019), sugerindo a presença de vulnerabilidades socioeconômicas mais acentuadas no contexto institucional analisado.

A Tabela 8 apresenta a distribuição das variáveis socioeconômicas e de saúde mental segundo o status migratório dos estudantes. Observou-se maior frequência de vulnerabilidade socioeconômica entre estudantes migrantes (34,6%), em comparação aos estudantes brasileiros (12,6%). Esse achado indica maior exposição dos estudantes migrantes a determinantes sociais adversos, tais como insegurança financeira, moradia instável e restrições no acesso a recursos materiais, em consonância com evidências previamente descritas na literatura nacional e internacional (Maldonado *et al.,* 2020).

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Tabela 8. Distribuição de variáveis socioeconômicas e de saúde mental por *status* migratório

Grupo	Vulnerabilidades Socioeconômicas %	Uso de psicofármacos %	Desfecho ampliado em saúde mental %
Brasileiros (n=87)	12,6%	48,3%	70,8%
Migrantes (n=26)	34,6%	50,0%	72,4%
Total (n=113)	17,7 %	48,7%	65,4%

Desfecho ampliado em saúde mental definido como autorrelato de piora da saúde mental após ingresso no curso e/ou diagnostico de transtorno mental formal.

Fonte: Elaborado pela autora.

No que se refere ao uso de psicofármacos, as frequências foram elevadas e semelhantes entre os grupos analisados, com prevalência de 48,3% entre estudantes brasileiros e 50,0% entre migrantes. A proximidade desses percentuais sugere que a demanda por tratamento farmacológico em saúde mental se distribui de forma transversal na população estudada, não se diferenciando de maneira expressiva segundo a nacionalidade. Esse resultado reforça a compreensão de que o uso de psicotrópicos entre estudantes de Medicina constitui fenômeno amplamente disseminado, associado às exigências da formação médica, independentemente do status migratório.

Quanto ao desfecho ampliado em saúde mental — definido como autorrelato de piora da saúde mental após o ingresso no curso e/ou presença de diagnóstico psiquiátrico formal —, observou-se elevada frequência em ambos os grupos, atingindo 70,8% entre estudantes brasileiros e 72,4% entre migrantes. Na amostra total, a prevalência desse desfecho foi de 65,4%, indicando comprometimento expressivo da saúde mental na população investigada, independentemente da nacionalidade. A adoção desse desfecho ampliado permite captar não apenas estudantes com diagnóstico formal, mas também aqueles em sofrimento psíquico ainda não diagnosticado, aspecto particularmente relevante em contextos marcados por subdiagnóstico e barreiras de acesso aos serviços de saúde mental, especialmente entre populações migrantes (Souza; Almeida, 2019).

Adicionalmente, entre os estudantes que relataram situação de vulnerabilidade socioeconômica (n = 20), 90% apresentaram adoecimento mental, conforme definido pelo desfecho ampliado. Esse resultado evidencia a forte associação entre precariedade material e sofrimento psíquico, corroborando estudos que demonstram o impacto direto das desigualdades sociais sobre a saúde mental de estudantes universitários.

A literatura aponta que experiências de racismo, xenofobia, homofobia, microagressões e desigualdades estruturais aumentam de forma significativa o risco de ansiedade, depressão e

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

ideação suicida, sobretudo entre estudantes negros, migrantes e de baixa renda (Souza; Almeida, 2019; Maldonado *et al.,* 2020). No contexto da tríplice fronteira — caracterizado pela convivência entre múltiplas nacionalidades, línguas e culturas, por fluxos migratórios contínuos e por diferentes sistemas de proteção social —, tais experiências tendem a ser potencializadas. Estudos sobre microagressões demonstram, ainda, que seus efeitos são cumulativos, afetando negativamente a autoestima, o desempenho acadêmico e a saúde emocional ao longo do tempo (Sue *et al.,* 2007; Ribeiro, 2019).

Esse conjunto de evidências sugere que estudantes inseridos no contexto da tríplice fronteira enfrentam desafios adicionais em relação àqueles de outras regiões do país. O estresse migratório — associado à regularização documental, barreiras linguísticas, afastamento das redes familiares e incertezas quanto à permanência —, somado a condições socioeconômicas mais precárias e a vivências de discriminação, configura um cenário de vulnerabilidade ampliada (Maldonado *et al.,* 2020). Ademais, a fragmentação dos sistemas de saúde do Brasil, Paraguai e Argentina, com diferentes níveis de acesso a serviços especializados, impõe obstáculos adicionais ao cuidado em saúde mental, particularmente ao acompanhamento psiquiátrico continuado (Souza; Almeida, 2019).

Assim, a interseção entre discriminação, vulnerabilidade econômica e limitações estruturais regionais evidencia que o sofrimento psíquico vivenciado pelos estudantes não pode ser compreendido de forma dissociada do contexto social e territorial. Ao contrário, ele expressa desigualdades profundas e estruturais que atravessam a experiência universitária. Reconhecer essas especificidades é fundamental para o desenvolvimento de políticas institucionais mais efetivas, abrangentes e sensíveis às necessidades concretas dos estudantes, especialmente em contextos multiculturais e de fronteira (Moehlecke, 2021; Ribeiro, 2019).

Estilo de vida e fatores de proteção

A Tabela 9 apresenta os fatores de proteção autorreferidos pelos estudantes. Observou-se que a maioria dos participantes relatou possuir rede de apoio social (85,0%), acesso a espaços adequados para a prática de atividade física (86,7%) e realização de atividades de ócio e lazer (71,7%). Esses fatores são amplamente reconhecidos na literatura como importantes recursos de enfrentamento do sofrimento psíquico, estando associados à redução de sintomas ansiosos e depressivos, à melhoria da regulação emocional e ao aumento da qualidade de vida.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Tabela 9. Estilo de vida e fatores de proteção

Variável	Frequência (%)
Rede de apoio	
Sim	96 (85,0%)
Não	17 (15,0%)
Acesso a espaços para exercício físico	
Sim	98 (86,7%)
Não	15 (13,3%)
Atividades de ócio	
Sim	81 (71,7%)
Não	32 (28,3%)

Fonte: Elaborado pela autora.

Entretanto, apesar da elevada prevalência de fatores de proteção individuais, estes não se mostraram suficientes para neutralizar os impactos decorrentes das pressões acadêmicas, das vulnerabilidades sociais e das barreiras de acesso ao cuidado especializado relatadas pelos estudantes. Tal achado é consistente com evidências que indicam que, embora redes de apoio, práticas corporais e atividades de lazer desempenhem papel central na promoção da saúde mental, seus efeitos tendem a ser limitados quando estressores institucionais e estruturais permanecem intensos, crônicos e pouco modificáveis (Santos; Souza, 2022).

Nesse sentido, ainda que a maioria dos estudantes refira dispor de estratégias pessoais relevantes de cuidado e enfrentamento, o contexto adverso da formação médica parece sobrepor-se aos benefícios desses recursos protetivos. Os resultados reforçam que o fortalecimento de fatores individuais, embora necessário, é insuficiente quando dissociado de intervenções institucionais mais amplas, voltadas à redução de estressores acadêmicos, à promoção de ambientes formativos mais saudáveis e à ampliação do acesso a serviços de apoio psicossocial e acompanhamento especializado.

Apoio psicológico institucional

Os dados referentes ao apoio psicológico institucional indicam que apenas 19 estudantes (16,8%) relataram ter buscado atendimento psicológico ofertado pela instituição. Desses, 10 estudantes (8,8%) conseguiram efetivamente acessar o serviço, enquanto 9 (8,0%) referiram não ter obtido atendimento. Entre os estudantes que foram atendidos, os relatos de satisfação e insatisfação distribuíram-se de forma equilibrada, sugerindo heterogeneidade na qualidade percebida do cuidado ofertado. (Tabela 10).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Tabela 10. Apoio psicológico institucional

Variável	Frequência (%)
Procura por apoio psicológico institucional	
Não	94 (83,2%)
Sim	19 (16,8%)
Obtenção de atendimento psicológico	
Sim	10 (8,8%)
Não	9 (8,0%)
Satisfação com atendimento psicológico	
Não	5 (50,0%)
Sim	5 (50,0%)

Fonte: Elaborado pela autora.

A baixa procura pelo apoio psicológico institucional, observada em menos de 20% da amostra, encontra consonância com estudos que demonstram que estudantes de Medicina tendem a postergar ou evitar a busca por ajuda formal em saúde mental. Tal comportamento é frequentemente associado a barreiras simbólicas e culturais, como o estigma relacionado ao adoecimento psíquico, o receio de julgamento por pares e docentes e a internalização da ideia de que o futuro médico deve demonstrar resiliência permanente e ausência de fragilidade emocional (Pacheco; Silva; Lima, 2017; Santos; Souza, 2022).

Esses achados também são coerentes com pesquisas conduzidas em outras universidades públicas brasileiras, que identificam a insuficiência de recursos humanos, a sobrecarga dos serviços, a existência de longas filas de espera e a baixa divulgação dos dispositivos institucionais de apoio psicológico como fatores estruturais que limitam o acesso, sobretudo entre estudantes em maior situação de vulnerabilidade social e emocional (Costa; Neves, 2018). Nesse sentido, a proporção de estudantes que buscou atendimento psicológico institucional no presente estudo (16,8%) mostra-se substancialmente inferior àquela descrita em outras instituições, nas quais a demanda por esse tipo de serviço varia entre 25% e 40% (Costa; Neves, 2018).

Dessa forma, os resultados evidenciam a necessidade de fortalecimento das políticas institucionais de cuidado em saúde mental na instituição investigada. Considerando a elevada prevalência de sofrimento psíquico identificada na amostra (64,0%), o reduzido acesso ao atendimento psicológico institucional (16,8%) revela um descompasso expressivo entre necessidade e cuidado ofertado. Esse cenário reforça a importância de ampliar estratégias de acolhimento, reduzir barreiras simbólicas e operacionais e implementar ações contínuas e integradas de promoção, prevenção e cuidado em saúde mental, com atenção especial aos estudantes em maior situação de vulnerabilidade.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

4. CONSIDERAÇÕES

O presente estudo analisou o uso de psicofármacos, a saúde mental e condições de vulnerabilidade entre estudantes de Medicina de uma universidade situada em região de tríplice fronteira, evidenciando um cenário multifatorial marcado pela interação entre fatores acadêmicos, sociais e migratórios. Observou-se elevada prevalência de uso de psicotrópicos ao longo da vida, presença de polifarmácia e uso relevante sem prescrição ou acompanhamento especializado, associados a diagnósticos psiquiátricos e à percepção de piora da saúde mental após o ingresso no curso.

O sofrimento psíquico não pode ser compreendido exclusivamente a partir de determinantes individuais. No contexto da tríplice fronteira, a expressiva presença de estudantes migrantes, associada a fragilidades estruturais, impõe desafios adicionais ao cuidado em saúde mental, exigindo respostas institucionais sensíveis à diversidade sociocultural e às desigualdades sociais.

Apesar da identificação de fatores individuais de proteção, observou-se baixa busca por apoio psicológico institucional. Nesse sentido, recomenda-se a implantação e o fortalecimento de núcleos institucionais de atenção à saúde mental, com equipes multiprofissionais e articulação com a Rede de Atenção Psicossocial; o desenvolvimento de programas estruturados de tutoria e mentoria, com acompanhamento longitudinal e identificação precoce do sofrimento psíquico.

Conclui-se que o uso de psicofármacos entre estudantes de Medicina configura-se como um fenômeno social e institucional, refletindo tensões inerentes ao processo de formação médica contemporânea. A qualificação das respostas universitárias, demanda o reconhecimento das vulnerabilidades estruturais e a adoção de estratégias permanentes de promoção da saúde mental, cuidado integral e justiça social no ambiente acadêmico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA ARAÚJO, M. I. *et al.* Uso de medicamentos ansiolíticos e antidepressivos por estudantes universitários. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 6, e373791979, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.33448/rsd-v11i6.1979.

ALMEIDA, R. N.; SOUZA, F. G. **Farmacologia dos psicofármacos:** fundamentos para a prática clínica. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2020.

BALDWIN, D. S. *et al*. Evidence-based pharmacological treatment of generalized anxiety disorder. **International Journal of Neuropsychopharmacology**, v. 20, n. 4, p. 317–332, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1093/ijnp/pyw077

BARBOSA, J. A. S.; MARTINS, L. A. R. Saúde mental de estudantes de Medicina: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 3, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbem/

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

BORENSTEIN, M. S. *et al*. Saúde mental de estudantes da área da saúde. **Texto & Contexto Enfermagem**, SC, v. 25, n. 4, p. 1–9, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/01040707201600246001 5

BRANDÃO, C. *et al.* Fatores associados ao sofrimento psíquico em universitários. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 6, p. 1–12, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102311X00208120

BRANDÃO, L. C. *et al.* Psychological distress among university students: an integrative review. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, e00055521, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311X00055521

CAMPOS, J. A. D. B. *et al.* Burnout entre estudantes de Medicina no Brasil. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 47, n. 2, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rpc/

CAMPOS, P. A. *et al.* Saúde mental de estudantes de medicina: prevalência de ansiedade e depressão e fatores associados. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, n. 3, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbem/

COSTA, M. A.; NEVES, A. L. Serviços de apoio psicológico estudantil em universidades públicas brasileiras: desafios e perspectivas. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 20, n. 3, p. 180–194, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v20n3p180-194

GALLEGO, L. A. *et al.* Uso de psicofármacos entre universitários: fatores associados e implicações. **Journal of Affective Disorders**, v. 180, p. 102–109, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jad.2015.03.036

GOTARDO, M. *et al.* Consumo de psicofármacos entre estudantes da área da saúde: prevalência e fatores associados. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, n. 2, p. 1–10, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0417

KIM, S. Y. *et al.* Burnout among medical students: a systematic review and meta-analysis. **Medical Education**, v. 55, n. 2, p. 200–212, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1111/medu.14331

MALDONADO, D. *et al.* Migração, vulnerabilidade e saúde mental na tríplice fronteira. Revista **Psicologia em Pesquisa**, v. 14, n. 2, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa

MELGAÇO, T. B. *et al.* Polifarmácia em saúde mental: riscos e benefícios. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 60, n. 4, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jbpsiq/

MOEHLECKE, S. Políticas de assistência estudantil e desigualdades no ensino superior brasileiro. **Educação & Sociedade**, v. 42, e023485, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES.23485

MOURA, C. A. *et al.* Saúde mental e medicalização entre estudantes universitários: revisão sistemática. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 35, p. 1–15, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s41155-022-00224-7

NORMANDO, A. M. et al. Interações medicamentosas em psicofármacos: revisão atualizada. **Revista Debates em Psiquiatria**, v. 14, n. 1, 2024. Disponível em: https://revistardp.org.br/

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

PACHECO, J. P.; SILVA, S. S.; LIMA, R. P. Saúde mental de estudantes de Medicina no Brasil: uma revisão integrativa. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 66, n. 3, p. 178–189, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0047-2085000000162

PAULINO, R.; TEIXEIRA, B. L.; CARVALHO, A. Terapias combinadas em transtornos afetivos: revisão atual. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 47, n. 1, p. 56–70, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.47626/1516-4446-2024-3265

QUEK, T. T. C. *et al.* The prevalence of anxiety among medical students: a global meta-analysis. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 16, n. 15, p. 2735, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph16152735

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo, SP: Editora Companhia das Letras, 2019.

ROTENSTEIN, L. S. *et al.* Prevalence of depression, depressive symptoms, and suicidal ideation among medical students. **JAMA**, v. 316, n. 21, p. 2214, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1001/jama.2016.17324

RUIHUA, Li. et al. A Systematic Review on the Impact of Social Support on College Students' Wellbeing and Mental Health. **PloS One**, v. 20, n. 7, p. e0325212, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0325212.

SANTOS, A. P.; SOUZA, L. P. Estratégias de enfrentamento e saúde mental de estudantes universitários. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, v. 11, n. 2, p. 89–102, 2022. Disponível em: https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia

SANTOS, I. S.; LEÃO, L. H.; BARROS, F. C. Transtornos mentais comuns entre universitários: prevalência e fatores associados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 12, p. 1–12, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311X00177317

SILVA, R. A. *et al.* Uso não medicinal de psicoestimulantes entre estudantes de medicina: fatores associados. **Journal of Medical Education**, v. 12, n. 1, p. 1–10, 2023. Disponível em: https://www.journalofmedicaleducation.com/

SOUZA, L. M.; ALMEIDA, R. P. Desigualdades, vulnerabilidade e saúde estudantil em universidades públicas. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 259–275, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sausoc/

SOUZA, R. S. *et al.* Prevalência de uso de ansiolíticos e antidepressivos entre universitários brasileiros. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, supl. 1, p. 1–12, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/

STATA CORP. **Stata Statistical Software:** Release 17. College Station, TX: StataCorp LLC, 2021.

SUE, D. W. *et al.* Racial microaggressions in everyday life: implications for clinical practice. **American Psychologist**, v. 62, n. 4, p. 271–286, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.1037/0003-066X.62.4.271

TOMASCHEWSKI-BARLEM, J. G.; BARLEM, E. L. D. et al. Saúde mental de estudantes de medicina no Brasil: revisão sistemática. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, n. 6, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

TORVES, R. C. *et al*. Uso de benzodiazepínicos em universitários: revisão integrativa. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 44, n. 1, 2022. Disponível em: https://revistapsiqrs.org.br/

WILKES, C. *et al.* Misuse of prescription stimulants among college students: a systematic review. **Drug and Alcohol Dependence**, v. 198, p. 92–109, 2019. Disponível em: **https://doi.org/10.1016/j.drugalcdep.2019.01.023**

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.